

Ministro defende uso do Enem por empresa

Educação

01 SET 1999

JAILTON DE CARVALHO

BRASÍLIA – O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, defendeu ontem a inclusão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) entre os testes alternativos para candidatos ao ensino superior e como referência para empresas na admissão de empregados. “Esta é uma proposta nova de aferir competência”, afirmou o ministro ao divulgar o balanço do Enem, realizado no último domingo. O exame, que contou com a participação de 91,1% dos alunos inscritos, foi considerado um “sucesso”.

Segundo Paulo Renato, como o tradicional vestibular tende a desaparecer, é necessário que as universidades comecem a adotar o Enem como primeira etapa do processo seletivo. Ele ressaltou que o Enem não pode ser substituído do vestibular, mas um complemento do novo mé-

todo que for adotado para ingresso no ensino universitário. Este ano, 54 universidades públicas e particulares decidiram utilizar o Enem.

O mesmo procedimento, conforme o ministro, poderia ser adotado por empresas na contratação de empregados. “As empresas poderiam pedir o resultado do Enem”, sugeriu. Pelos dados oficiais, 91,1% dos 347.135 alunos inscritos em todo o país participaram do Enem no domingo passado. Apenas 31.034 estudantes inscritos deixaram de fazer a prova. No Rio de Janeiro, a abstenção foi de 8,2%.

Mensalidades – Paulo Renato criticou a decisão do deputado Paes Landim (PFL-PI) de mudar dois pontos do projeto de conversão da medida provisória das mensalidades escolares. Segundo o ministro, o relatório preparado por Landim permite o reajuste semestral, e não ape-

nas o anual, como está previsto no texto que o governo enviou ao Congresso. Landim excluiu também da medida provisória o trecho do artigo que obriga a instituições de ensino superior sem fins lucrativos a aplicar 60% da receita no pagamento dos professores.

“Esses dois aspectos me preocupam muito”, afirmou o ministro. Preocupado com o impacto da proposta do relator, Paulo Renato conversou com Landim ontem pela manhã, após a solenidade de anúncio do Plano Plurianual de Investimentos, e deixou claro que o governo não admitirá o reajuste semestral das mensalidades. “Isso não é compatível com a realidade econômica do país”, disse. Para o ministro, também é imprescindível que uma instituição universitária sem fins lucrativos aplique pelo menos 60% da receita nos salários dos professores.

JORNAL DO BRASIL